

O Futuro da Europa

N4

Maio/Junho 07

Os debates do Debate

Portugal e o Futuro da Europa

A Europa em análise

Os debates do Debate

■ Valores e limites de uma Europa a 27

Os dois últimos encontros da segunda fase do projecto do II Debate Nacional realizaram-se em Lisboa e Coimbra. O primeiro seminário foi subordinado ao tema “*Os 50 anos dos Tratados de Roma – A Europa dos valores?*”, enquanto que o segundo se debruçou sobre o tema “*A Europa Aberta e as Suas Fronteiras?*”.

O seminário “*A Europa dos Valores?*” decorreu, no Hotel Tivoli, em Lisboa, na ocasião em que se comemoravam os 50 anos da assinatura dos Tratados de Roma, pelo que este tema não poderia deixar de ser abordado. De destacar uma nota de esperança pelo futuro da Europa, onde integração e diversidade sejam as duas faces de uma mesma moeda e onde aos imigrantes não sejam só lembrados os seus deveres, mas que acima de tudo possam usufruir dos seus direitos.

O encontro, organizado pelo IEEI em colaboração com o SociNova e a Comissão para a Igualdade e Comissão para Igualdade e Contra Discriminação Racial (CICDR), dividiu-se em três momentos: “*Os migrantes como símbolo da diversidade da Europa actual: perspectivas portuguesas?*”, “*A xenofobia na Europa: que implicações para o projecto europeu?*” e, finalmente, uma mesa redonda, que pretendeu assinalar os 50 anos dos Tratados e que abordou “*Os valores da Europa nos 50 anos dos Tratados de Roma?*”.

Por seu lado, a iniciativa “*A Europa Aberta e as Suas Fronteiras?*”, realizou-se em Coimbra, nos dias 17 e 18 de Abril. O evento foi organizado pelo IEEI em parceria com as faculdades de Letras, Direito e Economia da Universidade de Coimbra. Foram abordados dois grandes temas: por um lado, a pertinência de um debate sobre onde e como traçar os limites da Europa; e, por outro, a natureza das relações que a União

Europeia deve desenvolver com aqueles países que num futuro próximo não têm possibilidade de se tornar membros.

Os seminários “*Os 50 Anos do Tratado de Roma. A Europa dos valores?*” e “*A Europa Aberta e as Suas Fronteiras?*” foram os dois últimos encontros organizados pelo IEEI no âmbito do projecto co-financiado pela Representação em Portugal da Comissão Europeia. Estes espaços de reflexão procuraram preparar o II Congresso *Portugal e o Futuro da Europa*, que irá decorrer a 25 e 26 de Junho na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

■ Desafios e Oportunidades na UE

A Escola Secundária Morgado Mateus, em Vila Real, recebeu o último Debate na Escola organizado no âmbito do projecto II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa. Ao abrigo desta iniciativa, dez escolas espalhadas pelo continente e pelas ilhas tiveram oportunidade de pôr os jovens a pensar e a discutir as questões europeias.

Os cerca de 80 alunos presentes tiveram oportunidade de ouvir falar acerca dos “*Desafios e Oportunidades numa Europa Alargada?*”. O objectivo do encontro, organizado pelo IEEI e que teve como parceiros a referida Escola Secundária e o Centro Nacional de Cultura, foi procurar compreender as razões dos sucessivos alargamentos da União Europeia, as alterações que estes têm vindo a introduzir no funcionamento das suas instituições. Além disso, foram abordados os desafios e problemas que a abertura da UE a novos países acarretam.

A próxima iniciativa

II CONGRESSO
PORTUGAL E O FUTURO DA EUROPA
F. Calouste Gulbenkian ■ 25 e 26 de Junho ■ Lisboa

Portugal e o Futuro da Europa

A revisão do Tratado em Portugal

Numa altura em que a Presidência alemã da UE se mostra apostada em recuperar o debate em torno do Tratado Constitucional para que um novo documento possa estar em vigor em 2009 – e quando Portugal se prepara para assumir essa mesma presidência no segundo semestre do ano – o tema volta a estar em foco na sociedade portuguesa.

O primeiro primeiro-ministro José Sócrates mostra-se apostado em desbloquear a questão no próximo semestre e considera que a Europa está empenhada na resolução do problema institucional. A resolução da crise institucional e política que se vive na UE desde que franceses e holandeses chumbaram o Tratado Constitucional europeu foi definida como uma das prioridades da presidência portuguesa da UE que irá ocorrer no segundo semestre de 2007.

Num debate na Assembleia da República, o chefe do Governo reafirmou que o novo Tratado será referendado pelos portugueses. Já anteriormente Sócrates tinha feito saber que mais importante do que estudar o processo de ratificação do novo documento “é construir um consenso entre os 27 países [da UE] para ultrapassar a crise institucional”. De recordar que, durante a última campanha eleitoral para as eleições legislativas, todos os partidos com representação parlamentar prometeram que levariam adiante um referendo europeu para ratificar o novo Tratado.

Mais tarde, depois de um encontro com o primeiro ministro húngaro, Ferenc Gyurcsany, Sócrates voltaria a abordar este tema, tendo afirmado que “a Europa tem que dar prioridade ao novo tratado institucional, que deve basear-se no tratado [constitucional] já assinado por todos os países, respondendo naturalmente àquilo que são as novas condições nos países onde o referendo teve votação negativa”.

Por seu lado, o presidente da República, Cavaco Silva – a quem no quadro da legislação portuguesa cabe convocar um referendo – não esconde a sua falta de entusiasmo relativamente à possibilidade de realização de um referendo. Recentemente, durante uma deslocação à Letónia (onde se reuniu com outros sete chefes de Estado da UE que formam o chamado “grupo de Arraiolos”), defendeu a ratificação do Tratado no Parlamento, sem necessidade de recorrer à consulta popular.

A este respeito, Cavaco Silva afirmou mesmo que “muitos países europeus gostariam de não fazer referendos”.

Contudo, considera que a Europa precisa de “um novo fôlego político, que permita decidir e agir com mais legitimidade democrática, mais eficiência e maior coesão”.

Participe no II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa

Inquérito II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa

Ao longo do período do projecto, o IEEI leva a cabo um inquérito sobre o Futuro da Europa, com o objectivo de captar as percepções que os portugueses têm do projecto de integração europeu.

Como resolver o impasse actual do Tratado Constitucional?

Quais devem ser os valores estruturantes do projecto europeu?

De que forma deve Portugal gerir as suas prioridades enquanto membro da UE?

Escreva uma Tese

Quais são os temas?

- A dimensão económica e social da Europa
- Valores, objectivos e políticas da União
- A Europa no Mundo, alargamento e fronteiras

A que regras devem obedecer as teses?

- Ser trabalhos originais
- Possuir não mais de 5000 caracteres (cerca de duas páginas A4)
- Ser enviadas até **31 de Maio**

Como participar/enviar?

- Aquando das iniciativas do projecto, contactando a organização

Enviando o seu texto para o IEEI: **Rita Pais** (rp@ieei.pt) ou **Cristina Trancoso** (ct@ieei.pt)

Mais informação em www.ieei.pt

A Europa em Análise

■ UE quer estreitar laços com o Mar Negro

Com as adesões da Bulgária e da Roménia, a UE passou a estender-se até ao Mar Negro. Assim sendo – e como parte integrante da Política Europeia de Vizinhança (PEV) –, a Comissão Europeia lançou a 11 de Abril último o programa “*Sinergia do Mar Negro*”. Esta iniciativa surge no seguimento de uma proposta formulada em Dezembro último, quando foi efectuado o balanço dos dois anos desta política europeia e quando foi sugerida a possibilidade de prover a PEV de uma vertente mais regional.

O objectivo da “*Sinergia do Mar Negro*” é promover a cooperação não só entre a região do Mar Negro e a UE, mas também a cooperação dentro da própria região. Desta forma, complementam-se as políticas bilaterais que a UE tem vindo a promover, tal como o processo de pré-adesão da Turquia, ou a parceria estratégica com a Rússia.

Os 27 propõem promover iniciativas e programas sectoriais em áreas como, por exemplo, circulação de pessoas, energia, segurança, transportes, ambiente, emprego e assuntos sociais, mas procurando levar em linha de conta os interesses dos parceiros envolvidos e o desenvolvimento de actividades de uma forma coerente.

Em termos energéticos, a região do Mar Negro é central para a UE, dado que é atravessada pelo maior oleoduto e gasoduto que a abastece vindo da Rússia e da Ásia Central. A UE já disponibilizava financiamento comunitário aos países desta região através de um programa de cooperação transfronteiriço, que procurava incentivar as actividades da sociedade civil nas regiões costeiras. Esta nova iniciativa pretende complementar as políticas que têm sido desenvolvidas no âmbito da PEV, dando especial atenção à vertente política e reforçando os processos de cooperação a nível regional já desenvolvidos.

A PEV foi lançada em 2004, na sequência da adesão à UE de dez novos estados membros. Pretende, por um lado, evitar a criação de novas linhas divisórias entre a União e os seus vizinhos, possibilitando a hipótese de participar em diversas actividades da UE através de uma estreita cooperação nos domínios político, económico e cultural, bem como segurança; e, por outro lado, partilhar os benefícios do alargamento – leia-se estabilidade, segurança e bem estar – num quadro distinto do da adesão. Esta iniciativa envolve todos os países que fazem fronteira terrestre ou marítima com a UE.

■ Bruxelas combate xenofobia e racismo

Ao fim de seis anos de negociações, os ministros da Justiça dos 27 aprovaram legislação comum para que os crimes de racismo e xenofobia passem a ser penalizados de igual forma em todos os Estados membros. Assim, e como explicou o Comissário Europeu da Justiça, Franco Frattini, “a incitação pública à violência ou ao ódio, contra indivíduos ou grupos, segundo a raça, a cor e a religião ou a ascendência e a origem nacional ou étnica” deverá ser punida com pena de prisão de entre um a três anos.

Igual punição deverá ser dada “à apologia pública, à negação ou banalização dos crimes de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra”, tal como estão definidos nos estatutos do Tribunal Penal Internacional e na carta do tribunal de Nuremberga. Mesmo não tenha sido directamente mencionada, esta norma abrange também o Holocausto judeu – à semelhança do que já acontece em alguns países europeus (Áustria, Alemanha, França, Bélgica, Polónia e Roménia) – e outros crimes reconhecidos pelas instâncias jurisdicionais internacionais, como os que ocorreram em Srebrenica e no Ruanda.

Esta é mais uma decisão de cariz simbólico do que prático, uma vez que cada país é livre de aplicar ou não estas sanções. Contudo, de momento trata-se apenas de um acordo que carece de ser ratificado pelos parlamentos nacionais dos 27.

■ Países grandes mais poderosos

Os grandes Estados da União – leia-se Alemanha, França e Reino Unido – continuam a ver crescer o seu poder, apesar dos sucessivos alargamentos. Esta é a principal conclusão do relatório “*Poder negocial dentro da União Europeia*” publicado pelo Instituto de Estudos Políticos Europeus Sueco (SIEPS).

No documento elaborado por Jonas Tallberg, professor de Ciência Política da Universidade de Estocolmo – conclui-se que, apesar dos recentes alargamentos a Leste, os maiores países – Alemanha, França e Reino Unido – têm visto o seu poder aumentar nas reuniões do Conselho Europeu. A excepção vai para Itália, que à partida seria o “quarto grande”, mas que vê o seu poder decisório diminuir devido à acção do seu Primeiro ministro na altura, Silvio Berlusconi. Esta situação ocorre mesmo quando, formalmente, os Estados membros têm igual peso nas decisões do Conselho Europeu.

O estudo publicado tem por base entrevistas efectuadas a 33 figuras importantes do passado e do presente da União, primeiros-ministros, presidentes, bem como membros da Comissão, ministros dos negócios estrangeiros e embaixadores

junto da UE. Segundo o autor, o peso dos três países aumentou, uma vez que, cada vez mais, as decisões são tomadas a partir de acordos bilaterais e coligações.

■ Escudo anti-missil norte-americano divide Europa

Os Estados Unidos querem estender o seu sistema anti-missil à Europa, depois de já terem instalado dois radares nas Ilhas Fylingdales (Reino Unido) e em Thulé (uma região autónoma da Dinamarca localizada na América do Norte). O plano norte-americano é instalar um radar na zona militar de Trokavec, a 70 quilómetros de Praga, na República Checa, e um silo com dez mísseis com capacidade para interceptar engenhos balísticos intercontinentais na Polónia. O investimento nos dois países da Europa Central irá rondar os 1,6 mil milhões de dólares.

A opinião pública dos dois países tem-se mostrado contra a proposta vinda dos Estados Unidos, mas os governantes têm-se mostrado disponíveis para negociar. Apesar de ter aceite negociar, o primeiro-ministro checo, Mirek Topolánek, afirma que nada está decidido e que o parlamento terá de ratificar um eventual acordo entre as duas partes. Os dois maiores responsáveis políticos Polacos, o presidente Lech Kaczyński e o Primeiro-Ministro, Jarosław Kaczyński, estão disponíveis para dialogar com o presidente norte-americano George W. Bush. Dizem preferir ser eles próprios a negociar com os EUA, em vez de confiarem na UE e na NATO para tratar destas questões de segurança, afirmando estar perante questões meramente "bilaterais".

O ponto mais sensível da instalação deste escudo tem sido Moscovo, que contesta a instalação deste sistema tão próximo das suas fronteiras e considera-o uma ameaça directa à sua segurança nacional. O presidente russo, Vladimir Putin, afirmou que a colocação de bases antimissil em dois antigos países do Pacto de Varsóvia quebra os acordos firmados com os Estados Unidos nos anos 90. Além disso, avisa que este poderá ser "o próximo passo para uma corrida inevitável aos armamentos", sublinhando tratar-se de um exemplo do unilateralismo norte-americano.

Os governantes europeus têm-se mostrado cautelosos nas posições públicas acerca deste assunto, admitindo que seria preferível a construção de um sistema de defesa que incluísse todos os países membros da Aliança Atlântica.

A esta "crítica" formulada pelos responsáveis da UE, os EUA respondem dizendo que o seu projecto protegerá a maioria dos países europeus e será compatível com um possível sistema de defesa que a NATO venha a arquitectar.

O radar e bateria antimísseis, bem como os dois radares já instalados na Europa, fazem parte do sistema terrestre

avançado (instalado fora dos EUA). Este constitui a terceira vertente do escudo antimissil norte-americano. As duas outras vertentes são o sistema terrestre nacional, que possui dez baterias de receptores (oito instalados no Alasca e dois na Califórnia) e um sistema orbital, que quando estiver operacional, terá capacidade para destruir mísseis de médio alcance.

■ Balcãs com acesso facilitado à UE

O Comissário Europeu da Liberdade, Segurança e Justiça, o italiano Franco Frattini, esteve em Zagreb, onde assinou acordos tendo em vista a facilitação do processo de emissão de vistos entre a Albânia, a Bósnia-Herzegovina e o Montenegro, que foram representados pelos respectivos ministros do Interior. As negociações entre a Comissão e os países dos Balcãs tiveram início em 30 Novembro último, sendo que daí para cá decorreram três rondas oficiais de negociações.

A Macedónia e a Sérvia também participaram nas negociações com a Comissão. Enquanto que o primeiro país não assinou o documento meramente por razões técnicas, o acordo com o segundo parece estar mais longe, uma vez que estão por clarificar as condições em que a Sérvia terá de readmitir cidadãos de países terceiros a residir ilegalmente num estado membro da UE. É que Belgrado terá recusado receber de volta ao país os imigrantes ilegais que tiverem entrado na UE através das fronteiras sérvias.

O objectivo da UE é facilitar a concessão vistos aos cidadãos dos Balcãs, e definir regras mais claras de combate à imigração ilegal. Estes acordos agora firmados deverão entrar em vigor até ao final do ano, depois de serem formalmente adoptados pelo Conselho Europeu e rectificadas pelos quatro países envolvidos. A partir daí, será mais simples e mais barato obter um visto de entrada na UE. Os preços deverão baixar dos habituais 60 para os 35 euros, sendo que para os estudantes serão gratuitos.

Além disso, a obtenção deste documento será mais fácil para empresários, estudantes e jornalistas, enquanto que os detentores de passaportes diplomáticos deixam de ter necessidade de requerer visto. Por último, quem viaja com frequência passará a poder requerer um visto de entrada múltipla, que possui maior validade. Em troca estes quatro países aceitam a readmissão de imigrantes ilegais que tenham entrado no espaço europeu a partir das suas fronteiras.

Estes acordos, por um lado, não se aplicam nem ao Reino Unido nem à Irlanda, uma vez que estes países não integram o Espaço Schengen e, por outro, são extensivos à Noruega e à Islândia que, apesar de não integrarem a UE fazem parte do Espaço Schengen.

